

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENADORIA GERAL DE SELEÇÃO E CONCURSOS
CONCURSO PÚBLICO – CARREIRA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA – EDITAL 04/GR-IFCE/2011

CARGO: AUDITOR

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitor de e-book lê mais. E aí?

Raquel Cozer

1 Dias atrás, em entrevista a um documentário universitário sobre mídias digitais, fui questionada
2 sobre a possibilidade de os e-readers estimularem a leitura. Respondi que não acredito muito nisso.
3 Acho que quem lê em e-readers é quem já lia muito antes em papel, já que quem não tem o costume de
4 ler não teria interesse em comprar um e-reader, e quem lê pouco e compra um tablet o usa mais para
5 outras coisas.

6 Mas disse acreditar que os e-readers ao menos estimulam a compra de livros por impulso, o que
7 pode ser mais benéfico para as editoras do que para o leitor, na verdade, já que boa parte daqueles
8 livros digitais permanecerá tão intocada quanto ficaria numa livraria.

9 Nem uma semana depois da entrevista, saiu um infográfico sobre o assunto no Good.is, partindo
10 do fato de que um em cada dez americanos já tem e-reader para questionar como isso mudou os
11 hábitos de leitura.

12 Segundo a pesquisa, quem tem e-reader compra mais livros. Dois em cada três donos de leitores
13 eletrônicos compram seis ou mais livros por ano, enquanto mais ou menos a mesma parcela dos que
14 não têm e-reader compram no máximo cinco livros por ano.

15 A parte que dá mais o que pensar é a que diz respeito à leitura. Diz o texto: "Donos de e-readers
16 leem mais livros, na média, que aqueles que leem no papel. A maioria dos que usam e-readers lê mais
17 de dez livros por ano, ante apenas 38% daqueles que leem livros tradicionais".

18 À primeira vista, pode levar à conclusão de que o digital estimula a leitura, mas isso
19 também pode ser entendido de outra forma. Se 10% dos americanos têm hoje um e-reader, você pode
20 desconfiar de que são os 10% que mais gostam de ler. Talvez melhor fosse perguntar se quando liam só
21 em papel eles liam esse tanto, ou se o tempo dedicado à leitura aumentou depois que passaram a ler
22 em e-reader.

23 Outra coisa é que uma pesquisa sobre quantos livros alguém lê por ano nunca será muito
24 precisa. Eu não sei quantos livros leio ao ano, ainda que o fato de trabalhar com isso facilite uma
25 estimativa. Será mesmo que mais de 20% dos americanos lê mais de 21 livros por ano? Isso daria pelo
26 menos um livro a cada duas semanas e meia (na média, segundo mapeamentos mais amplos, os
27 americanos leem em média 5,1 livros ao ano, ante 4,7 no Brasil, onde o crescimento nesses índices foi
28 de 150% nos últimos dez anos).

29 De todo modo, vale destacar o crescimento da leitura em mídias digitais nos EUA, que foi quem
30 abriu essas porteiras – e que, embora esteja muito à frente dos outros países, pode servir de parâmetro
31 para o crescimento da leitura digital nos próximos anos no mundo.

32 Na visita ao Brasil, na semana passada, o diretor de parcerias (etc etc, é um cargo enorme) do
33 Google, Tom Turvey, trouxe um número interessante: hoje, 23% dos livros vendidos nos USA são
34 digitais. Em 2008, esse número correspondia a 0,5% (que deve ser mais ou menos como é hoje no
35 Brasil). Em 2010, tinha chegado a 6,5%. O crescimento desde então não deixa de ser impressionante.

Disponível em: <<http://abibliotecaderaquel.folha.blog.uol.com.br/>>

01. O artigo de Raquel Cozer, assim como todo texto, apresenta, além de uma função sociodiscursiva, algumas características de construção. Sobre essa construção, é **correto** afirmar-se que
- A) há um caráter demasiadamente descritivo no texto, o qual se percebe através da efusividade e da grandiloquência do discurso.
 - B) o grau de informatividade do texto é ínfimo, uma vez que se trata de um artigo publicado em jornal de grande circulação nacional, o que o faz atingir um público diverso.
 - C) a escrita da jornalista é caracterizada por uma linguagem que se utiliza menos de fundamentação dos acontecimentos e mais de opinião pessoal.
 - D) a articulista, ao tomar uma posição, procura concomitantemente transmitir uma informação e convencer o interlocutor de seu posicionamento acerca dos fatos apresentados.
 - E) de acordo com o posicionamento da autora, os dados detectados pela pesquisa norte-americana revelam que a utilização dos e-readers levou indubitavelmente as pessoas a lerem mais.
02. Há, no texto, a presença de linguagem metafórica, que pode ser percebida em
- A) "(...) quem não tem o costume de ler não teria interesse em comprar um e-reader, (...)" – linhas 3 e 4.
 - B) "(...) os e-readers ao menos estimulam a compra de livros por impulso, (...)" – linha 6.
 - C) "(...) uma pesquisa sobre quantos livros alguém lê por ano nunca será muito precisa. (...)" – linhas 23 e 24.

- D) "(...) Isso daria pelo menos um livro a cada duas semanas e meia (...)" – linhas 25 e 26.
E) "(...) vale destacar o crescimento da leitura em mídias digitais nos EUA, que foi quem abriu essas porteiras (...)" – linhas 29 e 30.

03. Por se tratar de um artigo de opinião, é comum que surjam no texto marcas de subjetividade. Pode-se perceber **explicitamente** uma delas no seguinte excerto:

- A) "(...) Acho que quem lê em e-readers é quem já lia muito antes em papel, (...)", linha 3.
B) "Segundo a pesquisa, quem tem e-reader compra mais livros. (...)", linha 12.
C) "(...) Será mesmo que mais de 20% dos americanos lê mais de 21 livros por ano? (...)", linha 25.
D) "À primeira vista, pode levar à conclusão de que o digital estimula a leitura, (...)", linha 18.
E) "De todo modo, vale destacar o crescimento da leitura em mídias digitais nos EUA, (...)", linha 29.

Leia o fragmento abaixo, para responder às questões 04 e 05:

"Mas disse acreditar **que**¹ os e-readers ao menos estimulam a compra de livros por impulso, o **que**² pode ser mais benéfico para as editoras do **que**³ para o leitor, na verdade, já **que**⁴ boa parte daqueles livros digitais permanecerá tão intocada quanto ficaria numa livraria."

04. Percebem-se, no fragmento acima, relações de comparação que indicam, respectivamente,

- A) superioridade – superioridade
B) superioridade – igualdade
C) superioridade – inferioridade
D) inferioridade – igualdade
E) inferioridade – superioridade

05. Considere as afirmações sobre as relações morfossintáticas das ocorrências da palavra **QUE**, destacadas no fragmento acima:

- I. O primeiro **QUE** inicia uma oração subordinada substantiva objetiva direta, uma vez que não se encontra precedido de preposição.
II. O segundo **QUE**, por iniciar uma oração subordinada adjetiva, é um pronome relativo, exercendo a função sintática de sujeito.
III. O terceiro **QUE** inicia uma oração subordinada adverbial comparativa, apesar de não estar explícito o verbo da oração.
IV. O quarto **QUE** expressa uma ideia de explicação ao fato exposto na oração anterior.
V. Em todas as ocorrências, o **QUE** inicia orações independentes do ponto de vista sintático.

Estão **corretas** as assertivas:

- A) I, II e IV.
B) II, III e IV.
C) III, IV e V.
D) II e III, apenas.
E) III e V, apenas.

06. Obedecem, respectivamente, às mesmas regras de acentuação gráfica de **atrás, universitário, eletrônicos e já**, as palavras que se encontram na alternativa

- A) também, mídias, infográfico, lê.
B) documentário, três, média, dá.
C) será, média, benéfico, permanecerá.
D) permanecerá, infográfico, média, três.
E) parâmetro, documentário, mídias, dá.

07. No período "(...) boa parte daqueles livros digitais permanecerá tão intocada quanto ficaria numa livraria", linhas 7 e 8, admite-se, quanto à concordância verbal, que o verbo destacado também seja corretamente utilizado no plural (permanecerão). Assinale a opção em que se pode também utilizar o verbo tanto no singular quanto no plural.

- A) Qual de nós está prestes a se tornar um servidor público federal?
B) Perto de dez mil torcedores acomodaram-se nas arquibancadas do estádio.
C) Um ou outro candidato assumirá o Palácio do Bispo em janeiro de 2013.
D) Grande número de candidatos se preparou para este concurso.
E) Nenhum de nós ficou tenso durante a prova.

08. "averbação, feita abaixo dos textos ou no verso de decretos e portarias **pessoais** (nomeação, promoção, ascensão, transferência, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração, recondução, remoção, exoneração, demissão, dispensa, disponibilidade e aposentadoria), para que seja corrigida flagrante inexatidão material do texto original (erro na grafia de nomes próprios, lapso na especificação de datas, etc.), desde que essa correção não venha a alterar a substância do ato já publicado." (**Manual de redação da Presidência da República / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.**) – disponível em < www.planalto.gov.br>

A definição acima refere-se ao expediente denominado

- A) memorando.
B) portaria.
C) apostila.
D) ofício.
E) decreto.

09. Das características relacionadas abaixo, apenas uma fere os princípios exigidos pela Redação Oficial:
- A) impessoalidade. B) uso do padrão culto da linguagem.
C) clareza. D) uniformidade.
E) informalidade.
10. “À primeira vista, pode levar à conclusão de que o digital estimula a leitura, mas isso também pode ser entendido de outra forma. (...)”, linhas 18 e 19.
- I. Quanto ao uso das vírgulas, ambas foram utilizadas, para marcar o deslocamento de um termo da oração.
II. O uso do acento grave se dá pela mesma razão em ambas as ocorrências.
III. O verbo da última oração do período encontra-se na voz passiva analítica.

É **verdadeiro** dizer-se que

- A) apenas I está correta. B) apenas II está correta.
C) apenas III está correta. D) todas estão corretas.
E) todas estão erradas.

Leia o texto abaixo e responda às questões de 11 a 15.

Primavera

Cecília Meireles

1 A primavera chegará, mesmo que ninguém mais saiba seu nome, nem acredite no calendário, nem
2 possua jardim para recebê-la. A inclinação do sol vai marcando outras sombras; e os habitantes da
3 mata, essas criaturas naturais que ainda circulam pelo ar e pelo chão, começam a preparar sua vida
4 para a primavera que chega.
5 Finos clarins que não ouvimos devem soar por dentro da terra, nesse mundo confidencial das
6 raízes, – e arautos sutis acordarão as cores e os perfumes e a alegria de nascer, no espírito das flores.
7 Há bosques de rododendros que eram verdes e já estão todos cor-de-rosa, como os palácios de
8 Jeipur. Vozes novas de passarinhos começam a ensaiar as árias tradicionais de sua nação. Pequenas
9 borboletas brancas e amarelas apressam-se pelos ares, – e certamente conversam: mas tão baixinho
10 que não se entende.
11 Oh! Primaveras distantes, depois do branco e deserto inverno, quando as amendoeiras inauguram
12 suas flores, alegremente, e todos os olhos procuram pelo céu o primeiro raio de sol.
13 Esta é uma primavera diferente, com as matas intactas, as árvores cobertas de folhas, — e só os
14 poetas, entre os humanos, sabem que uma Deusa chega, coroada de flores, com vestidos bordados de
15 flores, com os braços carregados de flores, e vem dançar neste mundo cálido, de incessante luz.
16 Mas é certo que a primavera chega. É certo que a vida não se esquece, e a terra maternalmente se
17 enfeita para as festas da sua perpetuação.
18 Algum dia, talvez, nada mais vai ser assim. Algum dia, talvez, os homens terão a primavera que
19 desejarem, no momento que quiserem, independentes deste ritmo, desta ordem, deste movimento do
20 céu. E os pássaros serão outros, com outros cantos e outros hábitos, — e os ouvidos que por acaso os
21 ouvirem não terão nada mais com tudo aquilo que, outrora se entendeu e amou.
22 Enquanto há primavera, esta primavera natural, prestemos atenção ao sussurro dos passarinhos
23 novos, que dão beijinhos para o ar azul. Escutemos estas vozes que andam nas árvores, caminhemos
24 por estas estradas que ainda conservam seus sentimentos antigos: lentamente estão sendo tecidos os
25 manacás roxos e brancos; e a eufórbia se vai tornando pulquérrima, em cada coroa vermelha que
26 desdobra. Os casulos brancos das gardênias ainda estão sendo enrolados em redor do perfume. E
27 flores agrestes acordam.
28 Tudo isto para brilhar um instante, apenas, para ser lançado com suas roupas de chita multicolor ao
29 vento, – por fidelidade à obscura semente, ao que vem, na rotação da eternidade. Saudemos a
30 primavera, dona da vida – e efêmera.

*Texto extraído do livro "Cecília Meireles - Obra em Prosa - Volume 1",
Editora Nova Fronteira - Rio de Janeiro, 1998, pág. 366.
Disponível em <http://www.releituras.com/cmeireles_primavera.asp>*

11. Com relação à interpretação do texto e à significação das palavras nele empregadas, é **falso** afirmar-se que
- A) Em “**e a eufórbia se vai tornando pulquérrima**” (linha 25) a autora quis dizer que essa espécie de planta está se tornando cada vez mais bela.
B) “**lentamente estão sendo tecidos os manacás roxos e brancos;**” quer dizer, que com a primavera, são tecidas vestimentas roxas e brancas. (linhas 24 e 25)
C) **arautos** (linha 6) são os mensageiros que faziam as proclamações solenes e transmitiam as mensagens reais.
D) **árias** (linha 8) são composições musicais.
E) Em “e vem dançar neste mundo **cálido**, de incessante luz” (linha 15), **cálido** tem relação com temperatura.
12. No trecho “Enquanto há primavera, esta primavera natural, prestemos atenção ao sussurro dos passarinhos novos, que dão beijinhos para o ar azul.”, linhas 22 e 23, há
- A) metáfora. B) hipérbole.
C) prosopopeia. D) metonímia.
E) anáfora.

13. De acordo com o texto,
- A) todos podem compreender a beleza da primavera trazida pela deusa coroada de flores.
 - B) a primavera representa o fim de um ciclo na vida da autora, marcando o seu clímax.
 - C) a autora acredita que a primavera é e sempre será a mesma, não importa o tempo que passe.
 - D) podemos inferir que o assunto do texto é a efemeridade da vida.
 - E) embora efêmera, a primavera reaviva os ânimos, resgatando a felicidade adormecida pela estação fria, renovando as esperanças e a alegria.

14. Analise as conclusões sobre o texto.

- I. A primavera, no futuro, não será a mesma, isto que o avanço da tecnologia mundial alterará a natureza.
- II. Apesar de efêmera, a primavera faz parte da "rotação da eternidade", ou seja, é cíclica como as fases boas na vida, alternando-se com as fases difíceis da vida, o inverno.
- III. A primavera a que a autora se refere nada mais é do que a renovação do seu estado de espírito.

É **verdadeiro** afirmar-se que

- A) todas estão corretas.
- B) todas estão erradas.
- C) apenas I está correta.
- D) apenas II está correta.
- E) apenas III está correta.

15. Assim como em "por fidelidade à obscura semente", linha 29, o sinal de crase pode ser empregado **corretamente** em

- A) As garotas ficaram cara a cara.
- B) Temos amor a arte.
- C) E voltaram a contemplar a paisagem.
- D) Refiro-me a ela.
- E) Ela poderá dizer o segredo a qualquer pessoa.

Leia o texto abaixo e responda às questões 16 e 17:

Por que o aluno brasileiro aprende tão pouco?

1 O ensino público brasileiro está de recuperação. Dados do Sistema de Avaliação da Educação
2 Básica (Saeb) indicam que 70% dos alunos das séries avaliadas (quinto e nono anos do ensino
3 fundamental e terceiro do ensino médio) não atingiram níveis de aprendizado considerados adequados
4 em língua portuguesa e matemática. O número mais alarmante está no terceiro ano do ensino médio:
5 apenas 9,8% dos alunos dominam conhecimentos que deveriam saber em matemática.
6 "Esses dados nos fazem concluir que o grande problema da educação brasileira está no
7 aprendizado. O aluno está na escola, mas não aprende", diz Priscila Cruz, diretora executiva do
8 Movimento Todos Pela Educação. "Nos Estados Unidos, 88% dos alunos possuem um aprendizado
9 adequado. Ou seja, ainda temos um déficit educacional muito grande".
10 Se a questão central da educação é a aprendizagem, é inevitável perguntar: por que o aluno
11 brasileiro aprende tão pouco? A resposta constitui um mosaico cheio de processos que precisam estar
12 encaixados de maneira eficiente. A peça central, porém, está no docente: um professor qualificado gera
13 qualidade de aprendizagem, que por sua vez gera qualidade na educação. "O professor é o grande ator
14 de uma política educacional de sucesso e o avanço dos índices depende em grande parte do
15 investimento na carreira docente", afirma Célio da Cunha, professor da Universidade de Brasília (UnB) e
16 consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).
17 Arthur Fonseca Filho, ex-presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, concorda:
18 "As pessoas mais bem preparadas hoje não procuram a carreira do magistério. Precisamos valorizar a
19 função docente para inverter essa lógica e melhorar a educação". Além de atrair os melhores, é preciso
20 oferecer formação inicial e continuada de qualidade que prepare o mestre para a realidade escolar. "A
21 formação do professor é uma questão estruturante. Sem ela, nenhuma melhora é possível", sentencia
22 Guiomar Namó de Mello, especialista em educação.
23 Selecionar os melhores profissionais e investir na formação deles provou-se ser uma prática tão
24 eficaz que está no topo das principais lições a serem aprendidas a partir de exemplos bem-sucedidos de
25 modelos educacionais do mundo. O relatório *Como os Sistemas de Escolas de Melhor Desempenho do*
26 *Mundo Chegaram ao Topo*, elaborado em 2008 pela consultoria americana McKinsey, mostra que na
27 Coreia do Sul os futuros professores do ensino fundamental são recrutados entre a elite dos alunos do
28 ensino médio. Por aqui, boa parte do professorado vem dos piores alunos. A maioria encontra ainda no
29 ensino superior uma formação deficitária.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/por-que-o-aluno-brasileiro-aprende-tao-pouco>

16. Segundo o texto,

- A) o problema do aprendizado do aluno está no professor.
- B) o grande problema do aprendizado do aluno brasileiro se resume às disciplinas de português e de matemática.
- C) uma saída possível para o problema na educação é investir na capacitação e na qualificação do professor.
- D) o ensino público brasileiro está se recuperando.
- E) a educação no país melhorará, se selecionarmos melhores profissionais.

- III. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, pela maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. É assegurada a todos, mediante pagamento apenas pelos recursos públicos efetivamente utilizados para esse fim, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

São **verdadeiras**:

- A) I e IV.
- B) I, II e III.
- C) apenas I e III.
- D) apenas I e II.
- E) apenas II e II.

25. **Não** figura como princípio pelo qual se rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais:

- A) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) independência nacional.
- C) repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- D) igualdade entre os Estados.
- E) defesa da paz.

26. De acordo com a Constituição Federal de 1988, **não** é legitimado, para propor ação declaratória de constitucionalidade:

- A) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- B) entidade de classe ou organização sindical de âmbito regional, legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano.
- C) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- D) o Presidente da República.
- E) o Procurador-Geral da República.

27. A partir dos dispositivos da Constituição Federal de 1988, é **correto** dizer-se que

- A) por inexistir expressa previsão no texto constitucional, a garantia do contraditório e a ampla defesa não se aplicam aos processos administrativos.
- B) qualquer cidadão é parte legítima, para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, mesmo que comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- C) a garantia de razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação encontram-se restritas ao âmbito administrativo, considerando-se a impossibilidade de sua aplicação nos processos judiciais.
- D) é dever do Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita a todos que não possuem recursos, independente de comprovação de insuficiência de recursos, uma vez que todo cidadão é presumidamente pobre na forma da lei.
- E) são gratuitos, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

28. Acerca das competências legislativas previstas na Constituição Federal de 1988, é **verdadeiro** afirmar-se que

- A) é de competência privativa da União legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- B) nas matérias de competência concorrente, o exercício da competência legislativa plena dos Estados depende da existência de lei federal suplementar sobre normas gerais.
- C) é de competência privativa da União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- D) é vedado aos Estados legislar sobre criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
- E) legislar sobre procedimentos em matéria processual é de competência privativa da União.

29. De acordo com o texto constitucional, **não** é competência do Tribunal de Contas da União:

- A) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
- B) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- C) julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- D) prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções.
- E) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

30. Considerando-se as regras orçamentárias estabelecidas na Constituição Federal de 1988, é **incorreto** dizer-se que
- A) a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - B) os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos seis meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, não poderão ser incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
 - C) o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
 - D) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo, na proibição, a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
 - E) é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
31. João, servidor ocupante do cargo de auditor do IFCE, lotado no *campus* de Limoeiro do Norte, foi removido para o *campus* de Maracanaú, localizado em outro município, em virtude de processo seletivo de remoção realizado pelo órgão. A partir dessas informações e com base nos dispositivos da Lei nº 8.112/90, analise os itens.
- I. João terá, no mínimo, o prazo de cinco dias, contados da publicação do ato de remoção, para apresentar-se no *campus* de Maracanaú e retomar o efetivo desempenho das atribuições do cargo.
 - II. Será de, no máximo, trinta dias, contados da publicação do ato de remoção, o prazo para João apresentar-se no *campus* de Maracanaú e retomar o efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído, nesse prazo, o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
 - III. Como a remoção é caracterizada como ato administrativo vinculado, o servidor removido não poderá optar por declinar dos prazos para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
 - IV. Na hipótese de João encontrar-se em licença por motivo de doença em pessoa da família, o prazo máximo, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo na nova sede, será acrescido em dez dias, contados a partir da publicação do ato de remoção.

É(são) **correto(s)**:

- A) I, II e IV.
- B) I e III.
- C) III e IV.
- D) apenas II.
- E) III e II.

32. Segundo o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), **não** está explicitamente estabelecido como dever fundamental do servidor:
- A) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário.
 - B) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.
 - C) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o poder estatal.
 - D) exercer, com estrita moderação, as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.
 - E) atender com presteza à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.
33. Segundo a Lei nº 8.666/93, **não** está prevista dentre as situações de dispensa do procedimento licitatório:
- A) a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
 - B) a aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
 - C) a aquisição de bens ou serviços, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público.
 - D) a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
 - E) a contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas, exclusivamente, por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

34. A partir dos dispositivos da Lei nº 9.784/99, que regulam o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é **falso** afirmar-se que
- A) considera-se impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
 - B) a omissão do dever de comunicar o impedimento de atuar em processo administrativo constitui falta grave, para efeitos disciplinares.
 - C) são considerados capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de vinte e um anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
 - D) pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
 - E) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos, são legitimadas como interessadas no processo administrativo.
35. De acordo com a Lei nº 8.112/90, é **correto** dizer-se que
- A) a posse no cargo dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que poderão ser alterados, unilateralmente, pela Administração Pública, independente de previsão legal, uma vez que decorre do princípio da autonomia da vontade.
 - B) será convalidado o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
 - C) a posse em cargo público dependerá de inspeção médica oficial que poderá ocorrer em até 15 dias, contados da data de efetivo exercício.
 - D) por ser um ato de caráter personalíssimo, é vedada a posse mediante procuração específica.
 - E) somente haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
36. Considerando-se a Lei n. 8.666/93, que versa sobre as normas que orientam a realização de licitações e contratos da Administração Pública, é **verdadeiro** dizer-se que
- A) a licitação será sigilosa, visando resguardar os atos do seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
 - B) concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
 - C) concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.
 - D) nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
 - E) é vedada a utilização da modalidade "tomada de preços" ou "concorrência", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "convite", nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.
37. Acerca das responsabilidades e obrigações do servidor público previstas na Lei nº 8.112/90, é **incorreto** dizer-se que
- A) o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
 - B) o servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de noventa dias para quitar o débito
 - C) a responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
 - D) tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
 - E) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
38. A partir dos dispositivos da Lei nº 9.784/99, **não** é critério que deve ser observado nos processos administrativos
- A) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida a aplicação retroativa de nova interpretação.
 - B) atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei.
 - C) impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
 - D) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
 - E) indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
39. De acordo com as regras deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), é **incorreto** afirmar-se que:
- A) a remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

- B) o trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado seu maior patrimônio.
- C) a moralidade da Administração Pública limita-se à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum determinando a consolidação da moralidade do ato administrativo.
- D) a função pública deve ser tida como exercício profissional, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e os atos verificados na conduta do dia a dia, em sua vida privada, poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- E) o servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.

40. Sobre os recursos administrativos, avalie os itens abaixo a partir das regras estabelecidas na Lei nº 9.784/99.

- I. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de conveniência.
- II. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da decisão da autoridade competente, garantido o sigilo e vedada a divulgação oficial da decisão recorrida.
- III. Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- IV. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

São **verdadeiras**:

- | | |
|--------------|--------------|
| A) I e II. | B) I e III. |
| C) II e IV. | D) III e IV. |
| E) II e III. | |

41. Com relação aos instrumentos de planejamento da administração pública, analise os itens.

- I. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais serão estabelecidos por Leis de iniciativa do Poder Legislativo com ulterior sanção do chefe do Poder Executivo.
- II. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- III. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- IV. A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social.
- V. A lei orçamentária anual poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, desde que este dispositivo sirva para autorizar a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

É **correto** dizer-se que

- | | |
|---|---------------------------|
| A) apenas II, III e IV são verdadeiras. | B) apenas I é falsa. |
| C) I e V são falsas. | D) todas são verdadeiras. |
| E) apenas V é falsa. | |

42. A respeito dos dispositivos constitucionais, que tratam dos orçamentos públicos, é **incorreto** dizer-se que

- A) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- B) as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas, quando incompatíveis com o plano plurianual.
- C) o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional, para propor modificação nos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, mesmo que iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- D) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal de 1988 serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
- E) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

43. Sobre aos princípios orçamentários, é **correto** afirmar-se que

- A) o princípio do orçamento bruto determina que a lei orçamentária deverá conter todas as receitas e despesas, para possibilitar o controle parlamentar sobre todos os ingressos e dispêndios administrados pelo ente público.
- B) o princípio da não vinculação das receitas dispõe que a receita orçamentária dos tributos não pode ser vinculada a órgãos ou fundos, ressalvados os casos permitidos pela Constituição.

- C) o princípio da universalidade estabelece que cada ente da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) deve possuir apenas uma única lei orçamentária.
- D) o princípio da anualidade estabelece que o orçamento se limita a período determinado de tempo, o chamado exercício financeiro que, de acordo com o artigo 34 da Lei nº 4.320/64, coincide com o ano civil.
- E) o princípio da exclusividade definiu que todas as receitas e despesas constarão na lei de orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- 44. Não** representa vedação constitucional relacionada aos orçamentos públicos e aos instrumentos de planejamento da administração pública:
- A) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que não excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- B) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- C) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- D) a concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- E) a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- 45.** São instrumentos de transparência da gestão fiscal, de acordo com o artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000, **exceto**:
- A) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
- B) as prestações de contas e o respectivo parecer prévio.
- C) a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos.
- D) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- E) o Relatório de Gestão Fiscal
- 46.** A Lei nº 4.320/64 classifica as receitas públicas em duas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital. São exemplos de receitas correntes:
- A) a receita tributária, a receita de contribuições, a receita patrimonial, a alienação de bens e as transferências correntes.
- B) a receita de serviços, a receita industrial, a receita agropecuária, a receita patrimonial e a receita de contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
- C) a receita de impostos, a amortização de empréstimos, a receita de contribuições, a receita industrial e a receita de serviços.
- D) as operações de crédito, a receita tributária, a receita de contribuições, as transferências correntes e a receita de serviços.
- E) a receita patrimonial, a alienação de bens, a receita industrial, a receita de serviços e as transferências correntes.
- 47.** A respeito dos estágios da despesa pública, é **incorreto** dizer-se que
- A) o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria, para o Estado, obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- B) não é permitida a realização de despesa sem prévio empenho.
- C) em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
- D) a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito. Essa verificação tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
- E) a liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base o contrato, o ajuste ou acordo respectivo, a nota de liquidação e os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.
- 48.** Sobre os créditos adicionais previstos na Lei nº 4.320/64 e na Constituição Federal de 1988, é **incorreto** afirmar-se que
- A) os créditos adicionais classificam-se em suplementares, destinados a reforço de dotação orçamentária; especiais, destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e extraordinários, destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- B) a abertura de créditos extraordinários independe da indicação dos recursos correspondentes.
- C) os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- D) os créditos adicionais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- E) a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
- 49.** Com relação às definições e aos limites das despesas com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, é **correto** afirmar-se que
- A) a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder o percentual de 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida na União e 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida nos Estados e nos Municípios.

56. A seguir, são apresentados os conceitos dos documentos relativos ao instrumental de trabalho do auditor.
- I. Documentos que fundamentam as informações obtidas nos trabalhos de auditoria e fiscalização do Sistema de Controle Interno, podendo ser por ele elaborados ou obtidos de qualquer outra fonte.
 - II. Documento utilizado para formalizar pedido de documentos, informações, justificativas e outros assuntos relevantes, emitido antes ou durante o desenvolvimento dos trabalhos de campo.
 - III. Documento destinado a dar ciência ao gestor/administrador da área examinada, no decorrer dos exames, das impropriedades ou irregularidades constatadas ou apuradas no desenvolvimento dos trabalhos.
 - IV. Constituem-se na forma pela qual os resultados dos trabalhos realizados são levados ao conhecimento das autoridades competentes

A sequência **correta** destes conceitos é

- A) papéis de trabalho, solicitação de auditoria, nota de auditoria, relatório de auditoria.
- B) nota de auditoria, solicitação de auditoria, papéis de trabalho, relatório de auditoria.
- C) papéis de trabalho, solicitação de auditoria, relatório de auditoria, nota de auditoria.
- D) papéis de trabalho, nota de auditoria, relatório de auditoria, solicitação de auditoria.
- E) nota de auditoria, relatório de auditoria, solicitação de auditoria, papéis de trabalho.

57. A respeito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, é **incorreto** afirmar-se que

- A) nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores do Sistema de Controle Interno no desempenho de suas atribuições inerentes às atividades de auditoria e fiscalização.
- B) os servidores devem guardar o sigilo das informações, usando, nos relatórios, apenas informações de caráter consolidado, sem identificação de pessoa física ou jurídica, quando essas informações estiverem protegidas legalmente por sigilo.
- C) os responsáveis pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência de imediato ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- D) quando ocorrer prejuízo à União, os órgãos e as unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal adotarão as providências de sua competência com vistas ao ressarcimento ao erário.
- E) os órgãos e as unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos seus trabalhos de fiscalização e auditoria, verificarão se o objeto pactuado, nos instrumentos em que a União assume compromissos, com previsão de transferência de recursos financeiros de seus orçamentos para Estados, Distrito Federal e Municípios, foi executado, obedecendo aos respectivos projetos e ao plano de trabalho, conforme conveniado, e se sua utilização obedece à destinação prevista no termo pactual.

58. Com base na Instrução Normativa nº 01/2001, a respeito do conceito de auditoria no Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, analise os itens.

- I. A auditoria é o conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.
- II. A auditoria é uma importante técnica de controle do Estado na busca da melhor alocação de seus recursos, não só atuando para corrigir os desperdícios, a improbidade, a negligência e a omissão e, principalmente, antecipando-se a essas ocorrências, buscando garantir os resultados pretendidos, além de destacar os impactos e benefícios sociais advindos.
- III. A auditoria é uma das técnicas de trabalho utilizadas pela contabilidade pública destinada exclusivamente a examinar a escrituração e as demonstrações contábeis do setor público com o fim específico de confirmar sua adequação.
- IV. A auditoria tem por objetivo primordial o de garantir resultados operacionais na gerência da coisa pública.

É **correto** dizer-se que

- A) apenas I e II estão corretas.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) apenas a III é incorreta.
- D) apenas a III é correta.
- E) I, II e IV estão incorretas.

59. Técnica de Auditoria é o conjunto de processos e ferramentas operacionais de que se serve o controle para a obtenção de evidências, as quais devem ser suficientes, adequadas, relevantes e úteis para a conclusão dos trabalhos.

A respeito das técnicas de auditoria empregadas no Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, analise os itens a seguir.

- I. Na análise documental, o auditor verifica os registros constantes de controles regulares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados.
- II. A verificação junto a fontes externas ao auditado da fidedignidade das informações obtidas internamente corresponde a técnica denominada rastreamento.
- III. A técnica que procura a consistência mútua entre diferentes amostras de evidência através do cotejamento de informações obtidas de fontes independentes autônomas e distintas, no interior da própria organização, é denominada correlação de informações obtidas.
- IV. "Cut-Off" representa a "fotografia" do momento-chave de um processo. É o corte interruptivo das operações ou transações para apurar, de forma selecionada, a dinâmica de um procedimento.

É **correto** afirmar-se que

- A) apenas III e IV são verdadeiras.
- C) apenas I, III e IV são verdadeiras.
- E) apenas I e III são verdadeiras.

- B) todas as alternativas são verdadeiras.
- D) apenas I e IV são falsas.

60. Com relação às normas relativas aos servidores do Sistema de Controle Interno, é **errado** afirmar-se que os servidores do Sistema de Controle Interno devem
- A) manter uma atitude de independência com relação ao agente controlado, de modo a assegurar imparcialidade no seu trabalho, bem assim nos demais aspectos relacionados com sua atividade profissional.
 - B) abster-se de intervir em casos onde haja conflito de interesses que possam influenciar a imparcialidade do seu trabalho, devendo comunicar o fato aos seus superiores.
 - C) procurar apoiar-se em documentos e evidências que permitam convicção da realidade ou a veracidade dos fatos ou situações examinadas.
 - D) valer-se de informações produzidas pelos profissionais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, necessitando reconfirmá-las ou retestá-las, haja vista a utilização de técnicas e observação de normas diferentes no âmbito do Sistema.
 - E) em função de sua atuação multidisciplinar, possuir um conjunto de conhecimentos técnicos, experiência e capacidade para as tarefas que executa, conhecimentos contábeis, econômicos, financeiros e de outras disciplinas para o adequado cumprimento do objetivo do trabalho.